

NOTAS DE LEITURA SOBRE OS MANUSCRITOS DE 44 DE MARX E O DEBATE DA ALIENAÇÃO DO TRABALHO¹

Adriana de Azevedo Mathis²

Resumo: Tendo como referência a leitura dos Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844, o presente artigo identifica as tendências e influências marcantes no pensamento do jovem Marx, explicita determinadas controvérsias quanto aos aspectos conceituais da teoria da alienação, bem como, apresenta as dimensões fundamentais do fenômeno da alienação no modo de produção capitalista. Parte-se do pressuposto que nos escritos juvenis estão contidos os problemas filosóficos fundamentais indispensáveis a compreensão do conjunto da sua teoria social e evidencia-se o caráter unitário do pensamento de Marx. Na sequência, apresentam-se indicativos para uma discussão da superação do fenômeno da alienação nas sociedades atuais.

Palavras-chave: Marx, Trabalho e Alienação

Abstract: With reference to the reading of the Economic and Philosophical Manuscripts of 1844, this article identifies trends and significant influences in the thought of the young Marx, explains some controversy regarding the conceptual aspects of the theory of alienation, and presents the fundamental dimensions of the phenomenon of alienation in the capitalist mode of production. It is written in the assumption that juveniles are contained the fundamental philosophical issues essential to understanding the whole of his social theory and show the unitary character of the thought of Marx. In sequence, are indicative for discussion of overcoming the phenomenon of alienation in society today.

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre a teoria da alienação, a partir da leitura dos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844* de Marx e, colocar essa problemática no centro do

¹ Artigo submetido às **Sessões Ordinárias da Área N.º 3 - Economia Política, Capitalismo e Socialismo, Sub-Área N.º 3.3 - Socialismo** do XIV Encontro Nacional de Economia Política.

² Professora Doutora do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: adriana.mathis@gmail.com

debate marxista, parece ser uma alternativa para compreender o fenômeno da alienação do trabalho na atualidade.

Durante o segundo quartel do século XIX, Marx escreve os *Manuscritos de 44*, aproximadamente entre abril e agosto, que para infelicidade do público, ficaram inéditos por mais de 80 anos. Reconhecido por grande parte da crítica como um dos textos mais importantes de Marx e, considerado por alguns teóricos como “a obra de um gênio”, de apenas 26 anos, tais manuscritos, apesar do caráter inconcluso dos cadernos de anotações, antecipam questões e introduzem temáticas, que será objeto de estudo de toda uma vida. A pedra de toque desse documento diz respeito ao conceito de alienação do trabalho, identificado como o fundamento de todo um complexo de alienações existentes na sociedade capitalista.

Vários estudiosos, ao redor do mundo inteiro, marxistas e não marxistas, se debruçaram, exaustivamente, sobre essa obra seminal de Marx e suas idéias continuam, iluminando os debates na contemporaneidade, em particular, as temáticas concernentes ao humanismo, ao historicismo e à ontologia do ser social. Desse modo, “remoer” esses textos juvenis de Marx, como afirma Frederico (1995) parece ser uma alternativa fecunda, para além de “resolver um conjunto de idéias embrionárias que se prestaram às mais diversas interpretações e usos” (FREDERICO, 1995, p.09).

Esse conjunto de anotações, também conhecidas como Manuscritos de Paris, como argumenta Mészáros (1981, p.87), “lançam as bases do sistema marxista centradas no conceito da alienação”. Essas notas, sobre economia política clássica, comunismo e Hegel³ embora incompletas, estavam divididas em quatro manuscritos: o primeiro consiste

3 Segundo a biografia de Marx, realizada por David McLellan, os documentos conhecidos como “Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844” ou ‘Manuscritos de 44’ foram integralmente publicados em 1932. No que concerne às publicações em língua portuguesa, trabalhadas neste artigo, podem-se destacar as seguintes traduções: o último fragmento do primeiro dos Manuscritos de 44, sobre “Trabalho Alienado”, foi publicado na íntegra, na Coleção Grandes Cientistas Sociais, editada pela editora Ática, São Paulo, sob a organização de Florestan Fernandes, no volume Marx /Engels, em 1989 e o terceiro dos Manuscritos foi publicado na Coleção Os Pensadores, editada pela Nova Cultura, 5. ed., São Paulo, sob a organização de José Arthur Giannotti, no volume Marx, em 1991. Os três manuscritos também foram publicados num livro de Erich Fromm, Conceito marxista de homem, editado pela Zahar, sob a tradução de Octavio Alves Velho. Importa registrar, ainda, a publicação integral dos Manuscritos de 44, pela Edições Melso (Rio de Janeiro) em 1963, pela Edições 70 (Lisboa) em 1989 e pela Edições da Avante em 1994. Recentemente, em 2004, foi publicada, pela editora Boitempo, uma edição traduzida diretamente do alemão para o português, escrita por Jesus Ranieri e, considerada por determinados teóricos marxistas, como Leandro Konder e Jorge Grespan, a melhor reprodução para o português.

sobretudo de extratos de economistas clássicos sobre salário, lucro e renda, seguido de uma reflexão do próprio Marx sobre o trabalho alienado. O segundo é um fragmento de apenas quatro páginas, que trata da relação entre capital e trabalho. O terceiro, compreendendo quarenta e cinco páginas, apresenta uma discussão sobre propriedade privada, trabalho e comunismo; uma crítica de Hegel; uma seção sobre produção e divisão do trabalho; e, uma outra seção sobre o dinheiro. O último dos manuscritos, de quatro páginas, é um breve estudo do capítulo final da Fenomenologia de Hegel.

Na leitura do documento, observa-se uma clara influência da economia clássica, através dos trabalhos de Adam Smith, sobretudo no primeiro dos manuscritos. Importa destacar a última parte desse manuscrito, sobre o trabalho alienado, como a parte mais importante do documento. Ao longo dos manuscritos, a inspiração feurbachiana é marcante e determinados autores argumentam que o humanismo de Feuerbach é absolutamente central nos Cadernos de Paris. Identifica-se também, a influência dos socialistas utópicos, nos fragmentos sobre propriedade privada e comunismo e a influência da dialética hegeliana aparece, no terceiro dos Manuscritos. Tais tendências e influências marcantes no pensamento do jovem Marx, acima arroladas, vão ser elucidadas no decorrer do artigo.

A crítica parece ter adquirido “uma nova preeminência histórica”, como sustenta Mészáros e, para o autor, os Manuscritos de 44 “é inquestionavelmente a obra filosófica mais discutida neste século. Mas os autores que analisaram essa obra freqüentemente não compreenderam que ela é também uma das mais complexas e difíceis obras na literatura filosófica” (MÉSZÁROS, 1981, p.13).

Para evitar uma compreensão apressada e simplista das anotações de Marx de 1844, o que poderia levar um leitor desavisado a cometer sérios erros de percurso, Mészáros (1981) fornece um roteiro de leitura dos Manuscritos de Paris e identifica as principais características presentes nessas anotações, tais como: no que se refere à estrutura do texto, registra-se um fragmentarismo que impossibilita visualizar, de imediato, um fio condutor no conjunto das anotações; no que diz respeito à linguagem, observa-se uma ambigüidade terminológica relativa a determinados conceitos apresentados com conotações diametralmente opostas ao sentido original; e, no que tange à noção chave de alienação, central no trabalho, identifica-se uma complexidade na apreensão do conceito, que compreende quatro aspectos fundamentais: a alienação do homem em relação à natureza

(ao produto do seu trabalho), a alienação do homem, em relação a si mesmo (a sua própria atividade), a alienação do homem, em relação ao seu ser genérico (a condição humana) e a alienação do homem, em relação aos outros homens.

Não restam dúvidas de que Mészáros (1981) apresenta um excelente guia de análise para a leitura dessa obra filosófica; contudo, a orientação mais fértil vem do próprio Marx, que sempre se colocou contra a oposição entre a filosofia propriamente dita e o mundo real, restabelecendo o lugar da filosofia na vida real.

2 ASPECTOS CONCEITUAIS DA TEORIA DA ALIENAÇÃO EM MARX

Seguindo essa linha de raciocínio, seria interessante pontuar determinadas controvérsias, quanto a determinados aspectos conceituais dessa teoria, que podem iluminar a temática em questão.

Com relação ao estudo dessa obra, podemos constatar que não há uma unanimidade, entre os autores da tradição marxista, no que concerne à melhor tradução dos termos *Entäusserung* e *Entfremdung*. Determinados teóricos, que desenvolveram estudos sobre a problemática da alienação em Marx, utilizam o termo ora como exteriorização e alienação, ora como alienação e estranhamento e por vezes, o conceito de alienação aparece, ao mesmo tempo, como exteriorização e estranhamento.

Existe uma polêmica acerca da melhor tradução dos termos referidos anteriormente. Antunes (1997) prefere utilizar o conceito estranhamento (*Entfremdung*) e não alienação (*Entäusserung*). Segundo o autor, a alienação “é um aspecto ineliminável de toda a objetivação e o estranhamento refere-se à existência de barreiras sociais, que se opõem ao desenvolvimento da personalidade humana”. (ANTUNES, 1997, p.132).

De acordo com esse posicionamento, o que se coloca em questão, frente à problemática do estranhamento, são os fatores sociais inibidores da potencialização das capacidades humanas, que se relacionam com o desenvolvimento da personalidade. Assim, Antunes identifica o fenômeno do estranhamento como um fator de limitação do

desenvolvimento da personalidade humana, sendo essa problemática do estranhamento própria do capitalismo da época dos monopólios e faz algumas ressalvas, no que diz respeito a esse debate, quando afirma que admitir a alienação, como algo “ineliminável de toda objetivação”, não significa aceitar a polaridade alienação/desalienação, como um processo dialético constitutivo à condição humana.

Diferentemente, Markus (1974, p.94) afirma que devemos entender por alienação “esse fenômeno histórico que faz com que os produtos sociais criados pela atividade e cooperação globalmente sociais (...) escapem ao controle e ao poder dos indivíduos e se manifestem como forças estranhas e exteriores com relação à totalidade dos mesmos”.

Mészáros (1981, p.153) compreende o fenômeno da alienação, como “manifestações do estranhamento do homem em relação à natureza e a si mesmo de um lado, e as expressões desse processo na relação entre homem-humanidade e homem e homem, de outro”.

Na visão Netto (1981), a alienação implica:

um complexo simultaneamente de causalidades e resultantes histórico-sociais, desenvolve-se quando os agentes sociais particulares não conseguem discernir e reconhecer nas formas sociais o conteúdo e o efeito de sua ação e intervenção; assim, aquelas formas e, no limite, a sua própria motivação à ação aparecem-lhe como alheias e estranhas (NETTO, 1981, p.74).

A partir dessas afirmações, pode-se antever diversas leituras do conceito de alienação em Marx, que possibilitam diferentes linhas de compreensão sobre a temática. Nas palavras de Netto (1981), a discussão da problemática da alienação possibilita três grandes linhas de reflexão: 1) “a primeira delas supõe que a alienação é um fenômeno que se manifesta exclusivamente nas sociedades de classes conhecidas até hoje e que a ruptura com o padrão societário capitalista, pela via da transição socialista, assegura a sua supressão”; 2) a segunda linha de reflexão advoga que “não basta suprimir as causas primeiras do fenômeno da alienação para extirpá-lo da vida social”, ou seja, passa a “considerar que a polaridade alienação/desalienação configura uma dialética inerente a toda vida social, seria algo constitutivo da condição humana”; 3) a terceira posição “parte de uma rigorosa determinação econômico-social do fenômeno (debitando-o geneticamente à

divisão social do trabalho e à propriedade privada), mas concentra o seu foco nos desdobramentos da alienação - mostra a pluridimensionalidade que lhe é própria “(NETTO, 1981, p.35).

Se analisarmos criticamente as três linhas de reflexão, vamos observar de imediato que a primeira posição, citada anteriormente pelo autor, apresenta sérias distorções se pensarmos, por exemplo, na permanência do fenômeno da alienação nas sociedades ditas socialistas, o que demonstra que este fenômeno não está circunscrito às sociedades de classes típicas dos países ocidentais, considerando-se a sua existência nos países do leste europeu, que viveram experiências revolucionárias.

No que diz respeito à segunda linha de reflexão, a polaridade alienação/desalienação vista como algo inerente à constituição do ser, parece apontar limitações na compreensão da problemática, quando identifica alienação e objetivação, como termos idênticos, tal qual à abordagem idealista.

Com relação à discussão sobre a terceira linha de reflexão apresentada acima, Netto parece acreditar ser esta “a alternativa mais fecunda de pesquisa, inclusive porque deixa em aberto- à investigação empírica - a questão da funcionalidade e dos resultantes da alienação, mutáveis em diferentes etapas do processo social” (NETTO, 1981, p.35).

Ainda, no que concerne a identificação hegeliana entre objetivação e alienação, Mészáros (1981) alega que esta polêmica foi devidamente retificada, na teoria da alienação de Marx, por várias razões: em primeiro lugar, “partindo do fato de ser o homem parte específica da natureza, ele (Hegel) não podia limitar o trabalho - em sua tentativa de explicar a gênese humana - ao trabalho abstratamente mental”; em segundo lugar, “em relação a um ser natural objetivo, o que é chamado de objetivação não pode ser simplesmente declarado alienação, porque essa objetivação é seu modo necessário e natural de existência”; e, por último, se é inadequado chamar de alienação algumas formas de objetivação, tampouco, “se pode sustentar que a objetividade seja igual às relações humanas alienadas, embora possa ser exato que a objetividade da sociedade civilizada, tal como a conhecemos até agora, consista em relações humanas alienadas” (MÉSZÁROS, 1981, p.154). A partir dos pontos acima citados, o autor conclui que “a superação da alienação tem de ser vista em termos da realidade social prática, isto é, como

uma transcendência da alienação na prática social e não na simples imaginação” como postulava o idealismo.

Desse modo, podemos inferir que a determinação econômico-social do fenômeno da alienação, “geneticamente vinculado à divisão do trabalho e à propriedade privada”, fornece o fundamento das outras formas de alienação social, mas não podemos centralizar o debate apenas nas relações sociais de propriedade, sem fazer referência a um conjunto de relações inter-classes, intersubjetivas e inter-humanas, nas quais os indivíduos produzem materialmente os seus meios de subsistência e se reproduzem espiritualmente através de manifestações científicas, filosóficas, artísticas e religiosas.

O fenômeno da alienação é algo inerente à história, partindo do princípio de que o homem está alienado, em relação a alguma coisa, em consequência de certas causas, e a partir de certos acontecimentos e circunstâncias, que se manifestam num contexto histórico.

3 SOBRE O CARÁTER UNITÁRIO DO PENSAMENTO DE MARX

Com a publicação dos textos marxianos anteriores a *Miséria da Filosofia* na primeira década de 30, vem à tona a discussão sobre o caráter unitário da obra de Marx. Desse modo, cada vez que um autor, marxista ou não marxista, se depara com os textos do jovem Marx, reacende a polêmica sobre a pertinência desses escritos, em relação às obras ulteriores da maturidade e o ponto nevrálgico da discussão gira em torno do momento e do período histórico exato em que se realiza a transição de um pensador de influência hegeliana para um teórico materialista dialético.

Esse debate, sobre a legitimidade do conceito de alienação e a polêmica relativa ao caráter unitário do pensamento de Marx, gerou inúmeras controvérsias e determinados autores compreendem a separação das obras de Marx, apenas com o intuito de distinguir as suas idéias maduras daquelas relativas ao início de sua evolução intelectual. Markus (1974), por exemplo, diz que: “não é possível, mesmo metodologicamente, traçar uma demarcação nítida, rígida entre a juventude e a maturidade de Marx” (MARKUS, 1974, p.76), pois, em

sua opinião, há uma relação de continuidade e ruptura entre os textos do jovem Marx e os trabalhos ulteriores da maturidade.

Ao examinar essa relação, Markus (1974) identifica a utilização do termo alienação tanto em *A Ideologia Alemã* (1845/1846), como também nos *Grundrisse* (1857/1858), porém, em “*O Capital*” a questão da alienação, é inteiramente marginal. Entretanto, “o conhecimento da teoria marxista da alienação é indispensável à perfeita compreensão dos escritos fundamentais de economia política e, particularmente, de *O Capital*” (MARKUS, 1974, p.79, grifos do autor). Ainda segundo o autor, é inegável que “os pontos de vista de Marx (em 1843) foram tanto enriquecidos quanto modificados em relação aos escritos de 1844- 1845.” (MARKUS, 1974, p.79). Markus afirma que “a reviravolta determinante da evolução de Marx não deve ser procurada nos anos 1845 - 1846, mas por volta de 1843, quando ele se torna materialista e comunista Markus argumenta que alguns autores da tradição marxista contestam a validade das obras da juventude, com base nos seguintes aspectos: há uma super estimação da filosofia em tais escritos e “os problemas históricos - sociais são freqüentemente abordados sobre a base das categorias de alienação e da realização da essência universal” (MARKUS, 1974, p.76). E, continua Markus, apesar de não identificar um interlocutor em particular, esses autores defendem a tese de que Marx e Engels, ao retomarem os problemas filosóficos desenvolvidos nesses escritos, terminam por formulá-los de maneira mais madura e mais ampla (MARKUS, 1974, p.77). Contudo, o autor admite que “a explicitação mais detalhada e mais complexa de tais questões fundamentais da filosofia ‘marxista encontra-se justamente nas obras da juventude de Marx; elas contêm o desenvolvimento de problemas filosóficos indispensáveis à compreensão do conjunto da teoria social de Marx.

Mészáros (1981) não discorda do posicionamento de Markus (1974), no que diz respeito ao caráter unitário da obra de Marx e diz que “atribuir o conceito de alienação exclusivamente ao período de juventude é falsificar grosseiramente o Marx maduro” (MÉSZÁROS, 1981, p.23). Desse modo, a teoria do “abandono” do problema da alienação nas obras da maturidade não tem sustentação, pois “há amplas evidências de que Marx continuou usando a palavra alienação até o fim da vida” (MÉSZÁROS, 1981, p.201). Ainda segundo o autor, “o conceito de alienação é um pilar fundamental do sistema marxista como um todo, e não apenas um tijolo nele. Abandoná-lo, ou traduzi-lo

unilateralmente, equivaleria, portanto, a nada menos do que a demolição total do próprio edifício” (MÉSZÁROS, 1981, p.205).

Nas palavras de Mészáros:

não é verdade que, quando Marx passou a interessar-se pelos problemas da economia política, ele voltou as costas ao conceito de alienação: ocorreu exatamente o contrário. Tão logo ele compreendeu que a alienação econômica era o elo comum a todas as formas de alienação e desumanização, foi-lhe impossível não adotar o conceito, com base nesse denominador comum estrutural, como o centro de referência de toda a sua concepção (MÉSZÁROS, 1981, p.211).

Netto (1981) parece compartilhar da mesma opinião do autor, quanto à pertinência teórica do conceito de alienação na obra marxiana. Ele observa que, de 1844 a 1847, pode-se:

revelar o giro que a reflexão de Marx realiza ao transitar de uma mentação filosófica (especulativa) para o âmbito da construção da teoria social: se, em 1844, é incontestável que o pensamento de Marx desliza entre os parâmetros da dissolução da filosofia enquanto interpretação de mundo, já em 1847 é a crítica da economia política que passa a constituir o eixo de uma operação teórica que transcende a mentação filosófica-especulativa” (NETTO, 1981, p:65).

Conduzindo o seu raciocínio, Netto (1981) constata que a matriz teórica, que está presente nos Manuscritos de 1844, é compatível com a posterior determinação da teoria do fetichismo. Diz ele: “a tematização da alienação contém uma primeira aproximação à problemática do fetichismo - porque, em resumidas contas, a concepção marxiana do fetichismo supõe uma teoria da alienação” (NETTO, 1981, p.60).

Dessa forma; “o que distingue a impostação marxiana no enfoque da alienação, em 1844, da tematização ulterior do fetichismo é a concretização histórico-social a que Marx submete o objeto da sua investigação” (NETTO, 1981, p.61). Sendo assim, a partir da leitura de Marx, pode-se afirmar que o fetichismo é uma modalidade de alienação, é uma “forma nova e inédita que a alienação adquire na sociedade burguesa constituída, assim entendidas as formações econômico-sociais embasadas no modo de produção capitalista dominante, consolidado e desenvolvido” (NETTO, 1981, p.75). Contudo, “o fetichismo

põe, necessariamente, a alienação - mas fetichismo e alienação não são idênticos” (NETTO, 1981, p.74).

Esse debate sobre o caráter unitário da obra de Marx e a coerência do conceito de alienação, no desenvolvimento da obra marxiana, suscita uma questão de fundo nesse estudo, que é a relação entre a teoria da alienação, elaborada pelo jovem Marx e a teoria da reificação, desenvolvida nos textos da maturidade.

Silveira e Bernard (1989) sustentam que “os conceitos de alienação e estranhamento, elaborados nos Manuscritos, em que pese estarem articulados a uma dimensão ontológica encontram-se na fundação mesma, na universalização da produção de mercadorias e, portanto, na produção de mercadorias” (SILVEIRA; BERNARD, 1989, p.72)

Desse modo, é perfeitamente possível articular a teoria marxista da alienação fundamentada nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 44* com a teoria do fetichismo da mercadoria, desenvolvida em *O Capital* partindo-se do princípio de que existe um fio condutor entre as duas abordagens de Marx.

Contrariamente aos autores acima citados, há teóricos que defendem uma divisão no pensamento de Marx entre os textos juvenis e os trabalhos da maturidade (Althusser) e a marca hegeliana nos escritos da juventude, bem como a influência de Feuerbach não passa de uma ideologia humanista, sem nenhum critério de cientificidade. A questão em foco diz respeito, principalmente, ao momento em que se inicia, finalmente, a teoria materialista marxiana, que muitos autores sinalizam como o período da produção posterior a 1845, com a elaboração da *Ideologia Alemã*.

Nesse caso, esses teóricos como argumenta Frederico (1995, p.11):

Estão dispensados da fascinante aventura proposta por esses textos, dispensados de regressar ao obscuro labirinto das origens. Desse modo, ingenuamente, tem a ilusão de estarem lendo um autor que ascendeu à ciência sem ter atravessado pelo inferno da dúvida e pelo combate com as questões de sua época, de um autor que se bateu com a verdade sem nada apreender com seus interlocutores e, num passe de mágica sem se desalinhar, atracou incólume no novo continente teórico, distante de tudo e de todos. O navegante nada aprendeu com as tempestades, com os desvios de rota, com os combates, livre de seus adversários (que de nada lhes serviu), lepidamente desembaraçou-se do passado, deixando para trás

os equívocos inconseqüentes da juventude , podendo dessa forma renascer com uma nova identidade no asséptico continente da ciência pura.

4 SOBRE A CATEGORIA TRABALHO ALIENADO

Marx, nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844*, parte do estudo da economia política, para explicar a produção dos homens numa dada forma de organização social capitalista, onde os homens não providos dos meios de produção necessitam vender a sua força de trabalho a outrem, em troca de sua subsistência. Nesse tipo de relação social, o trabalhador é dono apenas de sua força de trabalho; é, portanto, privado dos meios de produção e dos objetos de trabalho.

Marx inicia a sua crítica aos economistas clássicos, argumentando que a economia política parte de um fato presente, a existência da propriedade privada, entretanto ela não explica o mesmo, pois oculta a alienação do trabalhador em relação à produção. Repetindo Marx: “o trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias ele cria. Com a valorização do mundo das coisas “aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na proporção em que produz mercadorias em geral” (MARX, 1989, p.148).

A economia política clássica, ao analisar o fenômeno da propriedade privada na sua imediatez, foi incapaz de perceber a essência do trabalho na sociedade capitalista, onde:

trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz desnudez para o trabalhador. Produz palácio, mais cavernas para trabalhador. Produz beleza, mas mutilação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas joga uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz idiotia, cretinismo para o trabalhador (MARX, 1989, p.152).

Para Marx, a totalidade do que se chama de história mundial é apenas a criação do homem através do trabalho. A potencialização das capacidades individuais vai ser dada através do trabalho. No entanto, a teleologia expressa na relação de trabalho dos indivíduos, apresentado como elemento principal que diferencia os homens dos animais na sociedade capitalista, não se constitui em prol de todas as potencialidades humanas.

Marx, ao estudar o trabalho alienado próprio das sociedades de classes, vai afirmar duas formas históricas de pensar o fenômeno da alienação, no modo de produção capitalista: 1) a alienação do homem, em relação ao produto do trabalho (alienação do objeto) e, 2) a alienação do homem, em relação à própria atividade do trabalho (alienação de si ou auto-alienação) (NETTO, 1981, p.57).

A primeira forma de alienação se refere ao objeto que o trabalho produz como afirma Marx (1989, p.149):

o produto do trabalho é trabalho que se fixou num objeto se fez coisa, é a objetivação do trabalho. A realização efetiva do trabalho é a sua objetivação. No estado econômico- político esta realização efetiva do trabalho aparece como desefetivação do trabalhador, a objetivação como perda e servidão do objeto, a apropriação como alienação; como exteriorização.

Em síntese, o produto do trabalho aparece, para o trabalhador como com um objeto “alheio”, “exterior”, “que existe fora dele”, “independente de e alheio a ele”, portanto, apresenta-se como um poder “independente do produtor” (MARX, 1989, p.150-151).

A segunda forma de alienação, diz respeito à alienação do trabalhador em relação à atividade produtiva mesma ou “auto-alienação”, Marx vai dizer que “o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence a sua essência, que, portanto ele não se afirma, mas se nega em seu trabalho, que não se sente bem, mais infeliz, que não desenvolve energia mental e física livre, mas mortifica a sua *physis* e arruína a sua mente. Assim, que o trabalhador só sinta junto a si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Sente-se em casa, quando não trabalha e quando trabalha, não se sente em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas compulsório, trabalho forçado. Por conseguinte, não é a satisfação

de uma necessidade, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele (MARX, 1989, p.153).

Em seguida, Marx (1989, p.154) vai afirmar que:

o trabalhador se sente livremente ativo só ainda em suas funções animais, comer, beber e procriar, no máximo ainda moradia, ornamentos, etc., e em suas funções humanas só se sente ainda como animal, O que é animal se torna humano e o que é humano se torna animal.

O trabalho, longe de ser objeto de prazer e realização, passa a ser visto como algo mortificante. A realidade torna-se hostil, frente aos olhos do trabalhador e o que poderia ser uma atividade potencialmente criadora passa a ser visto como um meio de subsistência apenas. O que se ressalta, neste tipo de produção, é o aspecto negativo do trabalho, que faz com que o trabalho se tome algo exterior ao indivíduo. O trabalho, nesse contexto histórico, deixa de ser instrumento de criação do homem e realização da humanidade-e passa a ser, fundamentalmente, sinônimo de exploração e barbárie.

O homem, no tipo de produção capitalista, passa a ser somente uma ferramenta no processo de trabalho, como apresenta Marx (1989, p.153): “a atividade do trabalhador não é a sua auto-atividade. Pertence a outro, é a perda de si mesmo”. Este “outro” é o senhor do trabalho” ou o “não trabalhador”.

O processo de alienação do trabalhador, em relação à produção, contudo, não se restringe somente à relação entre trabalhador e o produto do trabalho e tampouco à relação subjetiva entre trabalhador e a sua atividade, mas implica num outro plano a relação do trabalhador, em relação ao ser genérico do homem. Dessa forma, podem-se acrescentar mais duas características fundamentais, na compreensão do conceito de alienação: o homem está alienado do seu ser genérico (de seu ser como membro da espécie humana, de seus semelhantes, dos outros homens) e está alienado em relação a si próprio.

Nas palavras de Marx (1989, p.155):

na medida em que o trabalho alienado aliena do homem 1) a natureza e 2) a si mesmo, a sua função ativa própria, a sua atividade vital aliena do homem o gênero; lhe faz da vida do gênero um meio de vida individual. Em primeiro lugar aliena a vida do gênero e a vida individual, e em segundo lugar faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente na sua forma abstrata e alienada.

É justamente o fato de ser o homem um “ser genérico consciente”, “universal” e a sua atividade vital “livre”, que o distingue do animal. No entanto, “o trabalho alienado inverte a relação de maneira tal que precisamente porque é um ser consciente o homem faz de sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para a sua existência” (MARX, 1989, p.156).

A propriedade privada resultante do “trabalho alienado”, “exteriorizado”, da “vida alienada”, do “homem alienado”, própria do modo de organização das relações sociais de produção capitalista, propicia uma inversão dos sentidos do ser e do ter. Citando Marx (1989, p.173): “a propriedade nos fez tão tolos e unilaterais que um objeto só é nosso quando o temos, logo quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, vestido por nosso corpo, habitado por nós, etc., em suma usado”.

De acordo com Fromm (1975), Marx está se referindo à propriedade privada dos meios de produção na sociedade de classe capitalista, o que parece diferente de uma concepção de propriedade privada de bens de uso (por exemplo: casa, mesa, etc.). Por outro lado, Frederico (1995), chama atenção para os dois sentidos da palavra propriedade, “distintos e correlacionados”, presentes no texto de Marx: “inicialmente propriedade designa uma coisa material, um bem, uma posse reconhecida juridicamente, mas a palavra tem sentido usual de qualidade, atributo, caráter, determinação” (FREDERICO, 1995, p.146).

Marx, em sua obra, resgata os conceitos de autoconsciência e universalidade, de Hegel e prenuncia uma educação dos sentidos e das capacidades humanas, argumentado que:

a riqueza da sensibilidade humana subjetiva, um ouvido musical, um olho para a beleza da forma, em suma, são em parte cultivados e em parte engendrados primeiramente sentidos capazes de fruições humanas, sentidos que se confirmam como potências essenciais humanas. Pois não só os 5 sentidos, mas também os assim chamados sentidos espirituais os sentidos práticos (vontade, amor, etc.), numa palavra o sentido humano a humanidade dos sentidos vem primeiro a ser pela existência do seu objeto, pela natureza humanizada. A formação dos 5 sentidos é um trabalho de toda a história universal até agora (MARX, 1989, p.176).

Para Marx, o indivíduo é um ser social e não pode ser tratado como uma abstração, frente à sociedade e os conceitos de natureza e essência humana são concebidos a partir de

uma perspectiva histórica. A essência humana na obra de Marx, não é inerente ao indivíduo isolado e trata-se de um conceito social e histórico. Segundo Heller (1989), a essência humana “não é o que esteve sempre presente na humanidade (para não falar mesmo de cada indivíduo), mas a realização gradual e contínua das possibilidades imanentes à humanidade, ao gênero humano” (HELLER, 1989, p.04)

Marx finaliza o primeiro dos manuscritos, descrevendo o que ele chamou de “o homem rico provido de todos os sentidos em profundidade” que seria o pressuposto do socialismo e diz que “o comunismo é a figura necessária e o princípio dinâmico do futuro próximo, mas o comunismo não é como tal a meta do desenvolvimento humano — a figura da sociedade humana” (MARX, 1989, p.181).

Em poucas passagens da obra marxiana se encontra um retrato, ainda que sombreado pelo tempo, da imagem da futura sociedade comunista, contudo, não se pode confundir essa perspectiva marxiana com o comunismo “rudimentar “limitado” e “nivelado” a partir de um mínimo determinado, propondo “o retorno à simplicidade inatural do homem pobre e sem necessidade, que não só, não ultrapassou a propriedade privada, mais ainda nem chegou até a mesma” (MARX, 1989, p.166).

Para Marx, o comunismo é visto:

como a superação positiva da propriedade privada enquanto auto-alienação humana e por isso como apropriação efetivamente real da essência humana pelo e para o homem; por isto como retorno completo, que veio a ser conscientemente e dentro de toda a riqueza do desenvolvimento até aqui, do homem para si como um homem social, isto é, humano (MARX, 1989, p.169).

5 A RELAÇÃO DE MARX COM HEGEL E FEUERBACH

Parece que há um consenso, entre os teóricos que estudam a relação entre Hegel, Feuerbach e Marx de que, os dois últimos pensadores partem da filosofia hegeliana. Ambos buscam uma solução materialista, para a idéia hegeliana de sociedade, vista como um

organismo espiritual, contudo, enquanto Feuerbach vai encontrar o fundamento dessa relação social na dependência material entre os homens, Marx vai explicar o primado da sociedade sobre a natureza, a partir do ponto de vista da economia.

Pautado na leitura da economia política, Marx vai dizer que o fundamento da relação entre indivíduo e sociedade está implícito na compreensão de propriedade privada, que é a “consequência” ou o “resultado” do trabalho alienado e a essência mesma da razão alienada, está posta na divisão do trabalho. É sabido, que nos Manuscritos de 1844, ainda está presente uma visão de sociedade fundamentada na relação abstrata do trabalhador singular com o capitalista singular e essa perspectiva vai sendo profundamente alterada, nas obras posteriores, com o surgimento do ponto de vista da totalidade social. Entretanto, a idéia da superação da divisão do trabalho, como o momento essencial para a transcendência da alienação, já estava manifesta nesses textos da juventude.

Para Marx, o trabalho é a objetivação da essência humana e essa categoria não deve ser entendida num sentido absoluto e metafísico e, nem tampouco, se pode confundir objetivação com alienação, tal qual está dada na filosofia hegeliana. Nesse sentido, a noção marxista de essência humana difere radicalmente do antropologismo de Feuerbach, que focaliza essa categoria sob o prisma “de alguns traços eternos e imutáveis, presentes em todo o homem, qualidades humanas específicas que segundo ele, determinam igualmente os traços fundamentais da evolução histórica e da vida social do homem.” (MARKUS, 1974, p.91).

Marx, por sua vez, rejeita essa teoria do conhecimento da essência humana, a partir de uma perspectiva supra ou extra-histórica. A categoria de essência humana, bem como a teoria da alienação de Marx, são categorias dinâmicas. Importa registrar, que essa crítica da mediação e da idéia hegeliana da verdade leva Feuerbach a um empirismo exacerbado, elegendo os sentidos como o caminho necessário para obtenção da verdade. Ele pretende reinventar a filosofia de uma forma radicalmente diferente da filosofia hegeliana, apontando a necessidade de submeter a filosofia de Hegel a uma inversão materialista. As diferenças, contudo, entre Hegel e Feuerbach, como argumenta Frederico (1995), são visíveis e se fazem notar na própria forma como cada pensador constrói o seu sistema filosófico: enquanto o pensamento hegeliano é fechado, sempre obedecendo a um curso lógico e submetendo tudo ao movimento da dialética, a filosofia Feuerbachiana, é por

sua vez, enigmática, aberta, recusa sínteses definitivas e utiliza aforismo, na exposição de suas idéias.

Marx “incorpora” e “extrapola” o significado das palavras de Feuerbach, gerando novas interpretações, a partir do conceito original. Essa forma de sistematização das idéias é visível, no que concerne, principalmente, ao conceito de gênero humano, central na filosofia Feuerbachiana, compreendido enquanto resultado “exclusivamente da somatória de indivíduos naturais, numa universalidade empírica apreendida pela consciência”(FREDERICO, 1995, p.36) ligados por uma visão a-histórica do amor. Nos *Manuscritos de 44*, esse conceito de gênero humano assume uma nova significação, enfatizando o papel da categoria de atividade material responsável pela emancipação humana e política dos indivíduos.

O jovem Marx, como assinala Frederico (1995, p.36): “deixou-se levar acriticamente pelo conceito de gênero humano, procurando ver nele algo mais concreto do que o seu autor imaginara”. Ainda no que se refere à apropriação de Marx dos aforismos feuerbachianos, diz Frederico (1995, p.183): “a apropriação muitas vezes violenta o sentido original, conferindo-lhe uma entonação destoante com o ideário feuerbachiano, mas afinadas com os novos rumos do pensamento de Marx”.

Marx apesar da sua ‘indisfarçada filiação à teoria feuerbachiana da alienação, como alega Frederico, vai muito além do materialismo naturalista de Feuerbach, particularmente, ao criticar o seu apego excessivo pela natureza e a sua recusa em tratar as questões no âmbito da política.

É notório, contudo, que a admiração inicial de Marx, em relação à filosofia feuerbachiana é substituída por uma certa decepção, influenciada, sobretudo, pelas novas leituras dos economistas clássicos e pelos primeiros contatos com o movimento operário.

Desse modo, os *Manuscritos de 44*, como admite Löwy (2002, p.139):

são o primeiro texto em que Marx se proclama comunista, abandona a temática jovem-hegeliana da filosofia ativa e esboça uma análise econômica da condição proletária. O escrito, entretanto, permanece muito feuerbachiano, na medida em que o esquema da crítica da alienação religiosa na essência do cristianismo é aplicada à vida econômica. Deus torna-se, a propriedade privada e o ateísmo se transforma em comunismo.

Influenciado pelas idéias do comunismo filosófico e da auto-emancipação do proletariado, presentes nas vertentes socialistas e comunistas da época, Marx adere a uma forma particular de comunismo que, na opinião de Löwy (2002, p.146): “não se ocupa do problema das relações entre operários e o comunismo, nem do problema da revolução emancipatória — exceto quando do ângulo abstrato das relações proletariado — classe alienada, comunismo — movimento de desalienação”.

Nesse sentido, nos *Manuscritos de 44*, Marx esboça uma nova teoria da revolução, amplamente desenvolvida entre 1845 e 1846, com a noção de práxis social e, que se desdobraria na teoria do partido entre 1846 e 1848. Apesar de Löwy (2002) ressaltar o conceito de revolução, como o tema central de Marx, na época da redação dos Manuscritos de 44, o proletariado ainda não se constitui no elemento ativo do processo de emancipação.

Mészáros (1981), por sua vez, enfatiza a noção de “transcendência positiva da alienação”, como o centro de referência da abordagem marxiana e admite um “certo apego” do jovem Marx a Feuerbach, numa determinada fase da evolução de sua teoria. Porém, diferentemente dos autores acima arrolados, Mészáros (1981) observa que o ponto de aproximação entre Feuerbach e Marx, contudo, parece ser “mais terminológico do que qualquer outra coisa” (MÉSZÁROS, 1981, p.213). A seu ver, Marx tinha clareza das diferenças entre as suas aspirações e as realizações práticas de Feuerbach e pode-se até argumentar que Marx tinha ilusões sobre Feuerbach em 1844, porém:

um erro lógico elementar equipara as ilusões de Marx sobre Feuerbach às ilusões do próprio Feuerbach. E é esse erro que encontramos, quando lemos que o conceito do homem usado por Marx nos Manuscritos econômicos e filosóficos de 44 é o homem genérico feuerbachiano” (MÉSZÁROS, 1981, p.214).

Desse modo, Mészáros (1981) está convencido de que a influência de Feuerbach representa um retrocesso, em relação à influência de Hegel, no pensamento de Marx, e pode:

perecer paradoxal a princípio que apesar da concepção materialista partilhada por Marx e Feuerbach, e apesar da afinidade política muito maior entre eles do que entre Marx e Hegel, a relação entre o materialismo histórico de Marx e o idealismo de Hegel tenha raízes incomparavelmente mais profundas do que a relação entre Marx e

Feuerbach. A primeira compreende a totalidade do desenvolvimento de Marx, ao passo que a segunda se limita a uma fase inicial e transitória” (MÉSZÁROS, 1981, p.80).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o fenômeno da alienação identifica-se um “entorpecimento dos sentidos”, ou seja, o conjunto dos sentidos físicos e espirituais dos homens e a sua subjetividade correspondente - disposições e capacidades dos sujeitos - encontram-se alienados, limitados pelo sentido do ter. Trata-se de uma alienação total de todos os sentidos humanos do homem. Desse modo, a superação da alienação própria da sociedade burguesa vai se dar com a superação da propriedade privada “e, por conseguinte, a emancipação completa de todas as propriedades e sentidos humanos.

Marx modifica substancialmente a idéia hegeliana de superação (*Aufhebung*) ou transcendência, ao introduzir a noção de trabalho alienado. A partir dessa perspectiva, Marx vai desenvolvendo um conceito de educação dos sentidos do homem com um objetivo de uma emancipação de todos os sentidos e atributos humanos. Essa humanização do ser se refere ao enriquecimento humano, que é bem diferente do enriquecimento material do indivíduo isolado.

Observa-se um verdadeiro impasse, no que concerne ao debate sobre a transcendência positiva da alienação, assumida enquanto um programa de realização prática e teórica, tal como concebeu Marx, nos *Manuscritos de 44*, já que, não basta superar a alienação no interior da esfera político econômica, pois, o homem real, identificado enquanto mercadoria, não se torna uma potencialidade humana, somente negando as relações de propriedade capitalista. Daí se dizer que a superação da alienação não se restringe tão somente à esfera econômica, mas compreende outras questões de cunho político, jurídico moral etc..

Nesse sentido, a transcendência positiva da alienação significa a emancipação humana, através de uma atividade humana auto-consciente e universalizante, apresentada como a única alternativa capaz de superar as relações alienadas da sociedade capitalista.

A questão, que se apresenta, é: como concretizar uma superação prática da alienação, através de uma atividade humana realmente auto-consciente? Como articular, de forma dialética, as capacidades reais dos indivíduos e as potencialidades ideais?

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx. As origens do ser social.** São Paulo: Cortez, 1995.

FROMM, Erich, **Conceito Marxista de Homem.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MARKUS, Gyorgy. **Teoria do conhecimento do jovem Marx.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

LÖWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx.** Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, Karl. Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Coleção Grandes Cientistas Sociais.** São Paulo: Ática, 1989.

_____. Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844., In MARX, K. **Os Pensadores.** São Paulo: Nova Cultural, 1991.

_____. Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844. Lisboa: Edições 70, 1963.

_____. **Elementos Fundamentales para la crítica de la economía (GRUNDRISSE)** 1857/1 858. Madrid: 51gb XXI editores, 1989.

_____. Manuscritos Econômicos e Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

MCLELLAN, Karl, **Karl Marx: vida e pensamento.** Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

MÉSZAROS, István. **Marx: A teoria da alienação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

SILVEIRA, Paulo e BERNARD, Doray. **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989.